



12342848



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	06/08/2020	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Tercio Issami Tokano	SE
2.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
3.	David de Lima Freitas	SPO
4.	Rogério Xavier Rocha	SAA
5.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
6.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
7.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
8.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
9.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
10.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
11.	Rolando Alexandre de Sousa	PF
12.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
13.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
14.	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
15.	Aline Rosa Roriz	CGGE
16.	Juliana Coelho Antero	CGGE
17.	Eduardo Benevides Bonfim	SE
18.	Alexandre Futuro	GM

19.	Renata Souto Martins	AFEPAR
20.	Clênio Guimarães Belluco	GM
21.	Wellington Silva	PF
22.	Glauberto A. R. Alves	CGOF
23.	Leonardo Soares Barreiros	CGCONTAB
24.	Lisiane Cardoso	GM
25.	Davyd Menezes	SENASP
26.	Cláudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
27.	Eduardo Silva	SEOPI
28.	Karla Carvalho	SENAJUS
29.	Valmírio Alexandre Gadelha Junior	AEAL
30.	João Bosco Teixeira	CONJUR
31.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
32.	Rodrigo Lange	DTIC
33.	Leonardo de Melo Costa	CGGE
34.	Neide Alves dias de Sordi	AN
35.	Helena Melo Moura	SENAD
36.	Tania Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
37.	Eduardo Aggio de Sá	PRF
38.	Isabela Maiolino	SENACON
39.	Mariana Rosa	CADE

PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Aprovação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023; 4. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020 - 2023 - panorama de projetos e indicadores; 5. Informe SPO/SE; 6. Informe SEA; 7. Encaminhamentos.
---------------	---

DELIBERAÇÕES

1. A reunião teve início com a abertura do Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, que reforçou aos participantes que a avaliação, o monitoramento e as revisões do planejamento estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP são realizados no âmbito do Comitê de Governança Estratégica – CGE, dentre outros assuntos, com o intuito de acompanhar a implementação da estratégia, de identificar possíveis desvios e de

- implementar ações corretivas. Relembrou que, em decorrência do contexto atual de pandemia causada pela COVID-19, não ocorreram reuniões do CGE entre os meses de março a julho, sendo retomadas nesta ocasião.
2. Solicitou, ainda, a avaliação das unidades para proporem ações que contribuam para o projeto estratégico “Em Frente Brasil”, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, sendo considerada relevante a possibilidade de envolver as unidades do MJSP no referido projeto que conta, atualmente, com a participação de 10 (dez) ministérios e 5 (cinco) municípios.
 3. Na sequência, apresentou a pauta da reunião, que incluiu a segunda revisão do planejamento estratégico 2020-2023, com previsão de ocorrerem em ciclos quadrimestrais de monitoramento (fevereiro, junho e outubro), uma vez que planejamentos não devem ser rígidos, mas revisitados periodicamente de modo a refletir as prioridades da gestão.
 4. O Sr. Secretário-Executivo salientou também que projetos não contemplados na carteira estratégica do Ministério, mas que sejam considerados relevantes para as unidades, devem ser continuados internamente e que aqueles que necessitam do apoio da área de tecnologia da informação e comunicação do órgão serão avaliados de forma individualizada, a fim de se evitar prejuízos a partir da nova priorização.
 5. Finalizando as considerações iniciais, informou que todas as unidades possuem pontos focais junto à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO da Secretaria-Executiva – SE para tratarem de assuntos relacionados ao planejamento estratégico do Ministério, sendo a lista disponibilizada na ocasião aos presentes. Destacou a necessidade de os titulares terem conhecimento, bem como de proporem eventual alteração na indicação, além de buscarem a aproximação a tais interlocutores, no intuito de construir um melhor alinhamento da gestão estratégica do órgão e de suas unidades.
 6. Em seguida, passou a palavra ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, o qual deu início à aprovação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023. Contextualizou que, a partir do Processo SEI nº 08011.000105/2020-01, as unidades registraram suas propostas de alteração no planejamento, tendo como escopo: i) inclusão e exclusão de projetos; ii) ajuste de cronogramas (revisão de entregas, atividades e datas previstas); iii) ajuste de indicadores e metas; e, iv) inclusão de indicadores alinhados ao PPA. Esclareceu que a revisão não teve como escopo a redução de metas, sendo necessário manter seu monitoramento, a fim de permitir maior reflexão e análise em revisão futura.
 7. As alterações sugeridas pelas unidades foram previamente analisadas e validadas pelo Gabinete do Ministro – GM e pela SE, com envio posterior aos titulares para ciência e manifestação, via e-mail da CGGE, em 24 de julho de 2020. Após considerações das unidades e nova apreciação realizada pelo GM e pela SE, a relação de indicadores, metas e projetos estratégicos previamente validados, foi disponibilizada para conhecimento dos titulares e pontos focais, via e-mail CGGE, no dia 4 do presente mês.
 8. Tendo como referência os documentos disponibilizados, o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, submeteu a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 para deliberação do Comitê de Governança Estratégica - CGE, que foi aprovada sem ressalvas.
 9. Em continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, explicou sobre a dinâmica de monitoramento do planejamento estratégico nas reuniões mensais do CGE, a partir da apresentação por 3 (três) unidades de 1 (um) projeto e 1 (um) indicador estratégico, escolhidas pelo GM e pela SE, e comunicadas em reunião anterior. Reforçou que as explicações deverão ser realizadas com a utilização do próprio painel de monitoramento (BI), sem a utilização de outros arquivos de apresentação externos. O Subsecretário aproveitou o ensejo para mostrar exemplos das telas sobre a execução de projetos e indicadores do referido painel.
 10. Informou, na sequência, que foram selecionadas para a próxima reunião do CGE as seguintes unidades para demonstrarem o andamento de seus respectivos projetos e indicadores: i) Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN: Projeto “Força de cooperação penitenciária” e indicador “Geração de vagas”; ii) Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON: Projeto “Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização” e indicador “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br”; e, iii) Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP: Projeto “Em Frente Brasil” e indicador “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”.
 11. Complementarmente, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, incentivou que as unidades tenham seus próprios planejamentos locais, já que a atuação e as prioridades de cada secretaria ou departamento não são refletidas em sua totalidade no planejamento estratégico institucional do Ministério. Embora os projetos estratégicos sejam priorizados em determinados contextos (investimentos, portfólio na gestão de riscos, prestação de contas em relatório de gestão, auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação

- e Comunicação – DTIC, monitoramento centralizado da gestão do projeto no âmbito do CGE e em outros foros), os projetos internos são de grande relevância para a melhoria administrativa das unidades.
12. Retornou ao contexto da revisão aprovada na ocasião, com o registro acerca do projeto “Reestruturação e reorganização da Rede Nacional de Laboratórios de Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB”, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUST, a qual solicitou reconsiderar a proposta de retirada da carteira de projetos estratégicos, sendo, portanto, mantido sob a condição de ter seu cronograma revisto na próxima revisão, para maior coerência entre suas entregas e atividades.
 13. O Sr. Subsecretário de Planejamento e Orçamento retomou sua fala mencionando que a relação de projetos e indicadores aprovados na revisão do planejamento estratégico será publicada no site do MJSP. De igual modo, as memórias das reuniões do CGE são disponibilizadas no sítio eletrônico do Ministério, menu “Governança”, a fim de promover transparência ativa. Para tanto, as atas são enviadas por e-mail aos membros para manifestação e, posteriormente, assinatura em processo SEI. Solicitou, dessa forma, que tão logo as atas sejam liberadas no SEI, que sejam assinadas com brevidade.
 14. Na sequência, o Sr. David Freitas trouxe algumas informações sobre a execução orçamentária do Ministério, apresentando o painel com o *ranking* de execução MJSP – PLOA 2020, sendo considerado um dos indicadores para mensurar as entregas propostas pelo órgão para a sociedade por meio do dispêndio de recursos para a execução de determinada política pública. Nesse sentido, o Subsecretário solicitou que as unidades aproveitem este ano para realizarem despesas estruturantes com vistas ao andamento das políticas e entregas para o cidadão.
 15. Nesse contexto, pediu especial atenção dos dirigentes no acompanhamento de seus orçamentos a fim de evitar descumprimento à Constituição Federal, uma vez que, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 100/2019, a execução do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional passou a ser impositiva ao órgão, com entregas efetivas à sociedade. Em caso de não cumprimento, o órgão deverá se justificar sobre eventual inexecução na Prestação de Contas da Presidência da República, posteriormente encaminhada ao Tribunal de Contas da União. Finalizando seu informe, colocou a SPO e a SE à disposição para discussões e elaboração de estratégias para contornar a situação.
 16. Na oportunidade, o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, salientou que, além das implicações técnicas e jurídicas mencionadas pelo Sr. Subsecretário de Planejamento e Orçamento, existem ainda outros aspectos que devem ser observados, a exemplo da eficiência administrativa, ou seja, fazer mais com menos, para que não haja equívocos na interpretação da execução do órgão.
 17. Logo após, passou a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington, que tratou sobre o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal. A temática é recorrente no âmbito do MJSP, em especial aos itens relacionados a Termos de Execução Descentralizada - TEDs. A publicação do novo decreto consiste no estabelecimento de um marco jurídico mais detalhado em substituição à Instrução Normativa anterior, que inclui requisitos para a celebração de TEDs mais rigorosos. Sintetizou que o normativo é, portanto, favorável por trazer maior detalhamento e clareza de competências e, em contrapartida, as consequências e responsabilizações estão mais presentes.
 18. Reiterou, por fim, sobre a orientação expedida no MJSP no ano de 2019, que se mantém para o presente exercício, para a necessidade de TEDs acima de R\$ 1 (um) milhão serem analisados pela Assessoria Especial de Controle Interno – AEI para aferição do cumprimento dos objetivos da celebração, evitando objetos genéricos e pouco definidos.
 19. Finalizando a pauta, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, informou que o processo SEI nº 08011.000137/2020-07, referente ao monitoramento dos resultados obtidos no mês de julho, terá prazo até o dia 19 de agosto para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos. Submeteu ainda para breve aprovação do Comitê as datas das próximas reuniões do CGE, que sempre ocorrerem nas últimas quintas de cada mês, sendo elas: 24 de setembro; 22 de outubro (exceção devido ao feriado); e, 26 de novembro. Em decorrência de recesso de final de ano, não está prevista a realização de reunião no mês de dezembro. O calendário em questão foi validado pelos membros do CGE sem manifestações. Reforçou ainda quais unidades apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião, mencionadas anteriormente (DEPEN: Projeto “Força de cooperação penitenciária” e indicador “Geração de vagas”; SENACON: Projeto “Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização” e indicador “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br”; SENASP: Projeto “Em Frente Brasil” e indicador “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”).
 20. O Sr. Secretário-Executivo, antes de encerrar o encontro, deu a oportunidade para que os titulares das unidades apresentassem pontos relevantes.

21. Na oportunidade, a Diretora-Geral do Arquivo Nacional - AN, Sra. Neide de Sordi, relatou que no mês de junho, o AN aprovou seu planejamento setorial, com uma carteira de projetos estratégicos extensa, no intuito de complementar o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional – PGT, no âmbito do programa TransformaGov, em parceria com a Presidência da República e o Ministério da Economia. Dentre aproximadamente 40 (quarenta) projetos, 2 (dois) deles estão na carteira de projetos do Planejamento Estratégico 2020-2023 do MJSP. Abordou ainda que o AN abriu consulta pública para o aperfeiçoamento da proposta de Decreto que estabelecerá a Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal – PGDeArq, em 4 de agosto de 2020, disponível no site da unidade para contribuições.
22. Em seguida, em nome do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Sra. Mariana Rosa, Diretora de Administração e Planejamento, agradeceu o convite para participação da unidade na reunião do CGE e mencionou a articulação junto à Secretaria-Executiva do Ministério para proposta de um arranjo de participação do CADE tanto no Comitê quanto no que diz respeito à supervisão ministerial, em decorrência da publicação da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Informou ainda que o processo de planejamento do Plano Estratégico do CADE para o quadriênio 2021-2024 iniciará no mês de outubro.
23. A Diretora-Geral do DEPEN, Sra. Tania Maria Fogaça, aproveitou a oportunidade para posicionar previamente a atuação da unidade no projeto e indicador estratégicos selecionados a serem detalhados e apresentados na próxima reunião do CGE.
24. O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, Sr. Luiz Roberto Beggiora, por sua vez, noticiou a abertura para inscrições no curso EaD sobre novas políticas sobre drogas, especificamente o módulo em gestão de ativos, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, dirigido por órgãos de segurança pública a juízes, leiloeiros e comissões de alienação de ativos dos estados. As inscrições estão abertas até o dia 25 de agosto de 2020.
25. A Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, Sra. Juliana Domingues, utilizou o espaço para agradecer a todos pelas boas vindas, pelo apoio e pela oportunidade de compor a equipe de gestores do Ministério.
26. Por fim, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu por encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 17/08/2020, às 14:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 17/08/2020, às 14:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 17/08/2020, às 15:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 17/08/2020, às 16:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 17/08/2020, às 16:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 17/08/2020, às 16:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 17/08/2020, às 16:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 17/08/2020, às 17:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Maiolino, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 17/08/2020, às 18:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 17/08/2020, às 18:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo De Freitas Da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 18/08/2020, às 09:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, Usuário Externo**, em 18/08/2020, às 15:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 18/08/2020, às 15:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 18/08/2020, às 19:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 19/08/2020, às 15:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Usuário Externo**, em 19/08/2020, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 20/08/2020, às 11:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 21/08/2020, às 11:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 24/08/2020, às 17:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 25/08/2020, às 16:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 26/08/2020, às 12:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rolando Alexandre De Souza, Usuário Externo**, em 27/08/2020, às



11:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 02/09/2020, às 13:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 10/09/2020, às 14:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12342848** e o código CRC **16A505A6**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.